



**Taking the good with the bad: Processos de
resolução de ambivalência numa amostra comunitária**

Ricardo Gonçalves

Uminho | 2022



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Ricardo Miguel da Silva Gonçalves

**Taking the good with the bad: Processos
de resolução de ambivalência numa
amostra comunitária**

junho de 2022



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Ricardo Miguel da Silva Gonçalves

**Taking the good with the bad: Processos
de resolução de ambivalência numa
amostra comunitária**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em
Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Miguel Gonçalves
e da
Doutora Cátia Braga

junho de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Começo por me agradecer a mim, por ter acredito em mim, pela resiliência para fazer todas as horas extra necessárias, pelo trabalho que realizei, por ter dado o meu melhor, por me compreender quando não conseguia fazer mais.

Quero agradecer aos meus pais por fazerem tudo para que nunca me tivesse faltado nada, e não faltou. À minha irmã por todos os momentos de descontração, e que me soube sempre tão bem. Aos meus avós, pela forma de amor mais incondicional e genuína que conheço.

Aos meus orientadores, Doutora Cátia Braga e ao Professor Doutor Miguel Gonçalves, pela orientação, exigência e ensinamentos que ajudaram a melhorar as minhas competências. Ao Rui Braga pelo suporte, horas extra, paciência e brio que sempre demonstrou para comigo. À Ana Melo por ser a minha bússola sempre que sentia que não sabia o que é que estava a acontecer, nem sabia o que era suposto ser feito. Aos 2, por aquela tarde de brainstorming, onde se fez luz quanto à codificação, tudo isto enquanto partilhávamos gargalhadas ao fazer algo tão sério e que tinha sido, até então, tão solitário. “Podião” ter sido menos, mas não o foram. Ao grupo de investigação, Processos de Mudança em Psicoterapia, pela ajuda fundamental nas diferentes etapas de construção da tese.

À Maria pelas companhias para jantar, por ter sido, quando eu mais precisei, de uma pausa da agitação do mundo, um cantinho de paz. À Palmeiro, pelas formações de *power point*, com um brio irrepreensível, se brilhei nas apresentações, foi graças a ti! Ao Arlindo, por todos os momentos de decompressão e por ser uma inspiração, ao ser a personificação de um verdadeiro “work hard, play hard”, mote tão importante ao longo deste ano. À Juliana Oliveira, por estar sempre lá para mim quando estava a pensar que não era capaz e a ansiedade tomava conta de mim, sei que ela, mais do ninguém, iria ter as palavras certas e dar-me a força precisa pra continuar. Ao Marcos e ao Pedro, por saber que tempo com vocês se resume a qualidade, e não quantidade.

Aos tomateiros pelo que aprendi a nível de responsabilidade, compromisso e skills não óbvias (soft skills, I guess) e, sobretudo, por me mostrarem e comprovarem que, em equipa, tudo é mais fácil.

Ao Rick, por ter sido a minha primeira casa na universidade e onde acabei a concluir e submeter esta tese. Ao industrial, pelo acolhimento e momentos de descontração que me proporcionou este ano.

Ao broco, por tudo o que foram nestes 5 anos. Ao “PCC”, por me terem proporcionado o melhor Enterro da Gata que alguma vez tive, apesar de vos ter perdido tantas vezes.

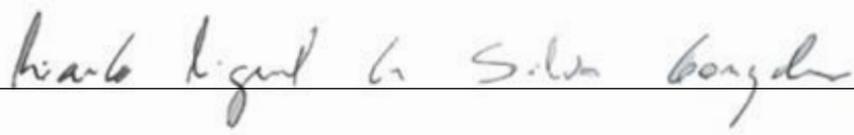
Por fim, quero agradecer à “brigada da tese” - Ana, Cat e Jesus - por, na altura mais crítica, terem sido o meu aconchego, as minhas revisoras, a minha companhia! Obrigado pela compreensão e por estarem cá para mim quando mais precisei.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, 6 de junho de 2022



Resumo

A ambivalência tem sido amplamente estudada quer em contextos naturalistas quer no âmbito da psicoterapia. Um dos principais focos da mesma são os processos de resolução. Hipotetizamos um paralelismo conceptual entre os processos de resolução da ambivalência nestes dois contextos, formulando os seguintes objetivos: 1) identificar e perceber se a dominância e a negociação, processos de resolução de ambivalência encontrados na psicoterapia, ocorrem num contexto naturalista e 2) analisar o seu impacto diferencial na resolução da ambivalência. A nossa amostra (N=219) é composta por alunos da Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Com o intuito de provocar ambivalência nos participantes, estes leram um texto sobre alimentos geneticamente modificados (AGM), com prós e contras sobre estes. A ambivalência foi medida através de meias-escalas semânticas diferenciais desenvolvidas por Kaplan (1972) e as atitudes através de escalas semânticas diferenciais desenvolvidas Crites et al., (1994). Os participantes escreveram um texto de opinião sobre os AGM, posteriormente codificado segundo o Sistema de Codificação de Resolução da Ambivalência, para se identificar dominância e negociação. Os resultados mostram que a dominância e a negociação, juntamente com um terceiro processo de resolução (sem posicionamento), foram identificados e que estes não apresentaram impacto na resolução da ambivalência.

Palavras-chave: ambivalência, contexto naturalista, dominância, negociação, processos de resolução de ambivalência.

Taking the good with the bad: Ambivalence resolution processes in a community sample

Abstract

Ambivalence has been widely studied in natural contexts as well as in psychotherapy context. One of the main focuses of it are resolution processes. We hypothesize a conceptual parallelism between resolutions processes of ambivalence in both contexts, formulating the following objectives: 1) identify and comprehend if dominance and negotiation resolutions processes found in psychotherapy, occur in a natural context and 2) analyze its differential impact in ambivalence resolution. Our sample (N=219) is composed by psychology students at University of Minho. In order to induce ambivalence in participants, a text about genetically modified food (GMF) with pros and cons was read. Ambivalence was measured using Kaplan's (1972) semantic differential half-scales, and attitudes were measured applying Crites's et al. (1994) semantic differential scales. Participants wrote an opinion text about GMF, codified afterwards utilizing the Ambivalence Resolution Coding System, to find dominance and negotiation. Results show that dominance and negotiation, along with a third resolution process (no positioning), were identified and did not show any impact on ambivalence resolution.

Keywords: ambivalence, ambivalence resolutions processes, dominance, natural context, negotiation.

Índice

Taking the good with the bad: Processos de resolução de ambivalência numa amostra comunitária.....	9
Ambivalência e Resolução da Ambivalência em Psicologia Social	9
Ambivalência e Resolução da Ambivalência em Psicoterapia	11
A intersecção dos estudos em psicologia social e em psicoterapia no contexto da resolução da ambivalência.....	12
Objetivos	13
Método.....	13
Participantes.....	13
Procedimento.....	13
Instrumentos	14
Resultados	15
Processos de resolução	15
Impacto dos processos de resolução na ambivalência	17
Atitudes	19
Discussão.....	22
Processos de Resolução da ambivalência	23
Impacto das atitudes.....	24
Referências	26
Anexo.....	30
Aprovação da Comissão de Ética da Universidade do Minho	30

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Estatísticas descritivas da ambivalência inicial segundo os processos de resolução.....</i>	18
Tabela 2. <i>Diferença de médias de ambivalência inicial entre os processos de resolução.....</i>	19
Tabela 3. <i>Atitudes Extremadas vs Atitudes não extremadas, quanto à Ambivalência Inicial, Ambivalência Final e Mudança de Ambivalência</i>	20
Tabela 4. <i>Mudança de ambivalência, com atitudes extremadas e atitudes não extremadas e por processo de resolução de ambivalência.....</i>	21

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Mudança da ambivalência, com atitudes extremadas e atitudes não extremadas e por processo de resolução de ambivalência.....</i>	21
--	----

Taking the good with the bad: Processos de resolução de ambivalência numa amostra comunitária

A ambivalência tem sido definida e estudada em diferentes contextos, como no âmbito da psicologia social, em contextos naturalistas, como no contexto da psicologia clínica, no campo da psicoterapia. Além disso, uma das áreas de maior interesse de estudo da ambivalência, em ambos os contextos, prende-se com os (diferentes) processos de resolução da mesma.

Ambivalência e Resolução da Ambivalência em Psicologia Social

Definida como a presença de reações, crenças ou sentimentos fortes e contraditórios em relação a um determinado objeto (Kaplan, 1972), a ambivalência tem sido amplamente estudada no contexto da psicologia social, nomeadamente em contextos naturalistas. Um aspeto central salientado pela investigação é o carácter aversivo da ambivalência (Festinger, 1957; Nordgren et al., 2006; van Harreveld et al., 2009) que pode, inclusive, provocar desconforto físico – nomeadamente quando as pessoas são forçadas a tomar uma escolha (van Harreveld et al., 2009). Vários fatores moderadores do carácter aversivo da mesma foram identificados, como, por exemplo, que a aversão aumenta com a relevância das avaliações conflitantes para o participante (Nohlen, et al., 2016), quando o conflito avaliativo é particularmente saliente (Newby-Clark et al., 2002) ou quando as pessoas são forçadas a fazer uma escolha (van Harreveld, et al., 2009).

Festinger (1957), com a teoria da dissonância cognitiva, refere que o conflito psicológico é uma experiência aversiva, eliminada ao resolver a inconsistência que o provocou. Segundo Nordgren et al. (2006), as pessoas, mesmo quando não são encorajadas a tal, têm tendência a procurar resolver espontaneamente a ambivalência recorrendo a diferentes estratégias. Quando a decisão é de pequena relevância pessoal, as pessoas tendem a focar-se apenas no lado positivo ou negativo da avaliação que fazem para que consigam direcionar a sua atitude numa única direção (Nordgren et al., 2006). Quando a relevância pessoal é grande, as pessoas tendem a mobilizar um processamento mais sistemático da informação (Johnson et al. 2016; Jonas et al., 1997), correndo o risco de, potencialmente, aumentarem a ambivalência (Jonas et al., 1997; Rudolph & Popp, 2007). Quando as avaliações conflitantes são difíceis de mudar, as pessoas tendem a enfrentar o desconforto gerado pela ambivalência criando uma percepção de ordem, ilusória e compensatória, no seu contexto de vida (van Harreveld, 2014). Apesar da sua adversidade, em determinados contextos, algumas pessoas optam por acolher a ambivalência: em

situações onde os resultados são incertos, por exemplo, a ambivalência pode ser desejada, pois reduz a desilusão caso o resultado esperado não seja alcançado (Reich & Wheeler, 2016).

A resolução de conflitos internos tem sido estudada no contexto da investigação sobre o autocontrolo. Este é, geralmente, definido como a capacidade de substituir tendências de resposta predominantes por respostas não dominantes, resultando na inibição de comportamentos indesejáveis, para, desta forma, apoiar o alcance de objetivos a longo prazo (Metcalfe & Mischel, 1999). Indivíduos com maior nível de autocontrolo, comparados com indivíduos com menos nível de autocontrolo, apontam menos conflito interno subjetivo (ambivalência) bem como uma resolução mais rápida do mesmo (Schneider et al., 2019).

A inibição esforçada é uma das principais dimensões do autocontrolo e está associada à resolução do conflito entre dois cursos de ação, sendo através desta que o impulso de obter a recompensa imediata – tentação – é inibido (Kirby & Herrnstein, 1995). Definida como a habilidade em inibir uma resposta dominante, em detrimento de uma resposta subdominante (Rothbart 2006), a inibição esforçada encontra-se associada, por exemplo, aos modelos teóricos das abordagens de processos duais (Hofmann et al., 2009; Kahneman, 2011) e ao modelo relativo ao atraso do reforço (Kirby & Herrnstein, 1995). A teoria dos dois sistemas de Kahneman (2011) descreve a forma como as pessoas podem ingressar num curso de ação mais instintivo, automático e menos esforçado (sistema 1) ou num curso de ação mais refletido, deliberado e esforçado (sistema 2). De acordo com as teorias dos dois sistemas, o autocontrolo é o mecanismo que permite a inibição do sistema 1 e a ativação do sistema 2 (Kahneman, 2011; de Ridder & Gillebaart, 2017), sendo que estes sistemas parecem atuar de forma sequencial. Comparativamente ao sistema 1, o sistema 2 demora mais tempo a processar a informação e assim a exercer influência sobre o rumo da ação, requerendo inibição esforçada através de processos mais deliberados. Por seu lado, o sistema 1, associado ao impulso de um curso de ação direcionado em obter a tentação, é ativado automaticamente e em primeiro lugar (Kahneman, 2011). Se a decisão for bem sucedida – i.e., o êxito na escolha de uma opção consistente com o objetivo a longo prazo ao invés de uma tentação de curto prazo-, o objetivo a longo prazo inibe, eventualmente, através da inibição esforçada, essas tentações (sistema 2) (Hofmann et al., 2009). No entanto, a componente da inibição (de uma tendência de comportamento) esforçada parece ser insuficiente para explicar a resolução eficaz dos conflitos a longo prazo dado que, após algum tempo, as pessoas ficam com menos capacidade de o fazer (Muraven et al, 1998).

Estudos complementares mostram que as informações sobre os objetivos a longo prazo e as tentações – imediatas – podem ser ativadas automaticamente e rapidamente desde o início da preparação da resposta e, subsequentemente, predizer decisões (Critcher & Ferguson, 2016; Ferguson, 2007). Esta perspectiva diz que até que surja uma resposta, a informação sobre os objetivos e a tentação podem ser ativados, simultaneamente, desde o início e competirem entre eles, de forma dinâmica, ao longo do processo. Estudos de *mouse tracking* (e.g., Stillman et al., 2017) têm revelado a forma como é resolvido, em tempo real, o conflito entre dois cursos de ação tendo em conta objetivos a longo prazo e tentações. Em experiências onde este é bem-sucedido, as trajetórias entre os dois cursos de ação apresentam-se suaves, sugerindo uma competição simultânea e dinâmica entre os objetivos a longo prazo e objetivos mais imediatos; ao passo que em experiências onde este não é bem-sucedido, as trajetórias entre os dois cursos de ação apresentam-se abruptas e sequenciais, em vez dos desdobramentos suaves.

Ambivalência e Resolução da Ambivalência em Psicoterapia

A ambivalência é também alvo de estudo no contexto da psicologia clínica, nomeadamente na psicoterapia. Por exemplo, no contexto da entrevista motivacional (Rollnick & Miller, 2002) – uma abordagem terapêutica dedicada à resolução da ambivalência com forte ênfase motivacional -, a ambivalência é considerada inerente ao processo de mudança e é definida como a vontade de querer mudar, mas, ao mesmo tempo, de não querer. A ambivalência tem sido também definida como o conflito intrapsíquico entre duas partes opostas: uma parte inovadora (i.e., contrastante com o padrão que levou o cliente a pedir ajuda) e uma parte problemática (i.e., caracterizada pelo padrão problemático que trouxe o cliente até à terapia) (Braga et al., 2016). De uma forma geral, a ambivalência é composta por um conjunto de padrões de comportamento, geralmente acompanhados de afeto negativo, onde, apesar das pessoas expressarem algum desejo em mudarem, acreditarem que esta mudança irá trazer melhorias nas suas vidas e que têm ao seu dispor estratégias que resultam, não as aplicam de modo suficiente para que a mudança aconteça (Engle & Arkowitz, 2006). Um conjunto robusto de estudos tem demonstrado o impacto negativo da manutenção da ambivalência nos resultados terapêuticos (Arkowitz & Engle, 2007; Braga et al., 2018; Lombardi et al., 2013; Miller & Rollnick, 2013), pelo que tem sido sugerida a efetiva resolução da ambivalência ao longo do processo terapêutico, no sentido de potenciar esses resultados (Braga et al., 2018).

Apesar da centralidade do tema, poucos estudos se têm debruçado sobre os processos implicados na resolução deste conflito interno, por parte dos clientes, em psicoterapia. Exceção a esta

tendência é uma recente linha de investigação que se tem debruçado em compreender como os clientes em terapia resolvem o conflito interno entre as partes opostas envolvidas na ambivalência. Segundo Braga et al. (2016), dois processos são centrais à resolução: a dominância e a negociação. A dominância implica que o cliente se foque apenas num dos lados (inovador) do conflito interno, e iniba e silencie o outro (problemático), resolvendo assim o conflito. Já a negociação, por outro lado, implica a capacidade de serem considerados os dois lados do conflito interno, sendo estabelecido um terreno comum entre ambos (Braga et al., 2016). Casos de sucesso apresentam, progressivamente, mais negociação à medida que a terapia avança, ao passo que casos de insucesso usam quase exclusivamente dominância. Além disso, tanto a dominância como a negociação foram capazes de prever a diminuição da ambivalência na mesma sessão contudo, a negociação apresentou um impacto cerca de cinco vezes maior na resolução da ambivalência do que a dominância (Braga et al., 2018).

A intersecção dos estudos em psicologia social e em psicoterapia no contexto da resolução da ambivalência

Como premissa deste estudo, hipotetizamos um paralelismo conceptual entre os processos de resolução dos diversos conflitos internos, nomeadamente aqueles encontrados em contextos naturalistas e aqueles encontrados no contexto da psicoterapia.

O primeiro paralelismo relaciona a inibição esforçada e a dominância, dado que: a) ambos os processos implicam que as pessoas se foquem num dos lados do conflito, inibindo e silenciando o outro; e b) parecem não ser suficientes para explicar resoluções de conflito bem sucedidas. Se, por um lado, a dominância não é suficiente para a resolução do conflito entre mudar e não mudar (Braga et al., 2016; Braga et al., 2018), a inibição esforçada está sujeita a falhas e, ao longo do processo, tende a ser cada vez menos eficaz em tentativas subsequentes de inibição (Muraven et al., 1998).

O segundo é entre a negociação e a competição simultânea e dinâmica entre objetivos, dado que ambos os processos: a) implicam que as pessoas considerem ambas as partes do conflito simultaneamente e b) estão associados a resoluções de conflito bem-sucedidas.

Tendo em conta estas afinidades concetuais, pretendemos aferir se os indivíduos de uma amostra comunitária se envolvem em processos de dominância e de negociação para resolver a ambivalência e se estes processos têm impactos diferenciais na resolução do conflito interno, tal como tem vindo a ser sugerido em psicoterapia (Braga et al., 2018). Tendo em conta que atitude inicial que os participantes têm poderá não só influenciar os níveis de ambivalência reportados, como também os processos de

resolução usados à posteriori (Nordgren et al., 2006), pretendemos também perceber se as atitudes iniciais têm impactos diferenciais nestas variáveis.

Objetivos

Assim, o primeiro objetivo é perceber se o fenómeno da negociação e da dominância são identificados como processos de resolução da ambivalência, fora do contexto da psicoterapia.

Caso a dominância e a negociação sejam encontrados, o segundo objetivo é analisar o impacto diferencial das mesmas na ambivalência e se estes processos têm impactos diferentes tendo em conta as atitudes iniciais (por exemplo, atitudes mais ou menos rígidas e polarizadas) relativamente ao objeto de ambivalência.

Método

Participantes

O *N* de participantes foi de 219 alunos (21 do sexo masculino, 197 do sexo feminino, 1 desconhecido) da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, que participaram na experiência através da plataforma de creditação da mesma, a utilizar nas unidades curriculares do curso. A idade dos participantes variou entre 18 e 43 ($M = 20.95$, $DP = 4.20$). O estudo decorreu em formato online.

O estudo teve como critério de exclusão os participantes não terem o português como língua materna.

Procedimento

Para a realização deste estudo, foi necessária a aprovação da Comissão de Ética da Universidade do Minho (ver Anexo).

Após o preenchimento do questionário sociodemográfico, foi apresentado aos participantes um texto com 343 palavras sobre Alimentos Geneticamente Modificados (AGM). Foi-lhes informado que objetivo do estudo era averiguar as suas opiniões quanto aos AGM. Com a intenção de induzir ambivalência sobre este tema foram apresentados, com igual frequência, argumentos a favor e argumentos contra a sua utilização, intercalados, de forma a evitar os efeitos de recência e de primazia. Após a leitura do texto, os participantes completaram um questionário que continha quatro secções. Na primeira secção, foi-lhes pedido que avaliassem as suas opiniões quanto aos AGM. Na segunda secção foi avaliada a ambivalência sentida quanto aos mesmos. Na terceira secção os participantes realizaram uma tarefa cognitiva que consistiu em completar, com o número em falta, cinco padrões numéricos. Os

participantes alocados ao grupo de controlo realizaram uma tarefa de escrita acerca da tarefa cognitiva, nomeadamente uma série de padrões numéricos com um número em falta, sendo-lhe pedido para descreverem dificuldades, pensamentos e indicarem qual o padrão numérico que tinham considerado mais difícil de completar; já os participantes alocados ao grupo experimental realizaram uma tarefa de escrita com indicação para descreverem a sua opinião acerca dos AGM. Ambos os grupos tinham a orientação de completar as respetivas tarefas entre 5 e 10 minutos. Na última secção foi novamente avaliada, em ambos os grupos, a ambivalência quanto aos AGM.

Os participantes foram distribuídos pelo grupo de controlo e experimental segundo o seu número de aluno, com os alunos cujo número fosse par alocados ao grupo experimental, e ímpar ao grupo de controlo.

Instrumentos

Atitudes quanto aos AGM (Crites et al., 1994). As atitudes globais relativamente aos AGM foram medidas usando as escalas semânticas diferenciais desenvolvidas por Crites et al. (1994). São quatro pares globais, positivo/negativo, bom/mau, gosto/não gosto, desejável/indesejável, medidos numa escala do tipo *Likert*, de nove pontos.

Ambivalência quanto aos AGM (Kaplan et al., 1972). A ambivalência relativamente aos AGM foi medida usando as meias-escalas semânticas diferenciais avançadas por Kaplan (1972). São três pares, relativos à ambivalência positiva e ambivalência negativa, nomeadamente características benéficas/prejudiciais, qualidades favoráveis/desfavoráveis e sentimentos de satisfação/insatisfação, medidos numa escala do tipo *Likert*, de 4 pontos.

Tarefa de escrita de opinião sobre os AGM. Os participantes do grupo experimental foram instruídos da seguinte forma:

De seguida, descreva, por favor, a sua opinião acerca dos Alimentos Geneticamente Modificados. Seja o mais extensivo e pormenorizado possível na sua descrição.

Tem entre 5 e 10 minutos para esta tarefa.

Quando terminar o seu texto, por favor, avance para a página seguinte.

Dois codificadores analisaram as primeiras trinta respostas (número em que se atingiu a saturação teórica) e derivaram categorias de codificação tanto indutiva como dedutivamente, seguindo o proposto

por Hsieh e Shannon (2005). Assim, as categorias propostas seguem uma abordagem convencional, onde as categorias de código derivam diretamente do texto a analisar, ou seja, dedutivamente; e uma análise de conteúdo direcionada onde as categorias de código são definidas à priori e servem de guião à codificação, ou seja, indutivamente, tendo por base o Sistema de Codificação de Resolução de Ambivalência (ARCS) - nomeadamente os processos de dominância e de negociação (Braga et al., 2016).

Resultados

Processos de resolução

Da análise dos textos, resultaram as seguintes categorias de codificação: 1) dominância; 2) negociação; 3) sem posicionamento; e 4) respostas inválidas. Os restantes textos foram codificados de forma independente pelos dois investigadores. O valor do K de *Cohen*, no acordo da codificação independente, foi de .89, o que mostra que existe uma confiabilidade quase perfeita entre os investigadores. Os desacordos foram resolvidos por consenso, em auditoria, com dois investigadores independentes.

Assim, a codificação dos textos através do ARCS (Braga et al., 2016), permitiu identificar a dominância e a negociação fora do contexto da psicoterapia como processos de resolução de ambivalência. A tabela 1 mostra a tabela de frequências das codificações.

Em psicoterapia, uma dominância acontece quando a posição inovadora se impõe e a posição problemática é inibida ou silenciada (Braga et al., 2016). Neste contexto naturalista, aplicando essa definição, consideramos uma dominância quando acontece uma das seguintes situações: 1) quando os participantes abordaram apenas um dos lados, favorável ou contrariamente aos AGM, não mencionado o outro lado (*"Os alimentos geneticamente modificados são uma opção favorável"*) ou 2) quando o participantes abordaram ambos os lados mas um dos lados se impôs e o outro lado foi, no momento em que o participante definiu a sua posição quanto aos AGM, ignorado (*"Tal como tudo, os alimentos Geneticamente Modificados tem as suas vantagens e desvantagens que já foram referidas no início deste estudo. Na minha opinião, estes podem trazer mais desvantagens do que vantagens, visto que quanto mais natural os alimentos forem, mais benefícios temos relativamente à nossa saúde. Para além disso, a natureza é algo bastante sensível e que nos permite termos no planeta e, portanto, a partir do momento em que deixemos de consumir os seus "frutos", alterará o ecossistema e poderemos ter graves consequências. Portanto, penso que os alimentos não devem ser modificados, o que a natureza nos dá,*

é o que devemos usufruir. O ser humano é muito ambicioso, contudo, essa característica nem sempre é positiva".)

A negociação, em psicoterapia, acontece quando a posição inovadora e a posição problemática negociam e, em vez de inibida ou silenciada, a posição problemática é validada e integrada havendo a capacidade de considerados os dois lados do conflito interno, sendo estabelecido um terreno comum entre ambos (Braga et al., 2016). Assim, neste contexto naturalista, uma negociação foi considerada quando os participantes estabeleceram uma ponte entre as duas posições, uma favorável e uma desfavorável, argumentando e em que condições é que se poderiam encontrar a favor ou contra a produção dos AGM, apesar de referiram e sabermos da existência de vantagens e desvantagens dos mesmos (*Na minha opinião, eu penso que os AMG podem potencialmente trazer diversos benefícios para a saúde humana, no entanto, talvez ainda sejam necessários mais estudos para se compreender de forma mais detalhada como maximizar e aperfeiçoar a sua produção e para encontrar/prevenir possíveis consequências do seu consumo.*”).

Através do processo indutivo, encontrou-se uma terceira categoria de resolução: “sem posicionamento”. Esta categoria foi identificada quando os participantes faziam uma descrição dos prós e contras dos AGM mas não se posicionavam ou relatavam não saber a sua posição. (*“Na minha opinião, existem pontos positivos e negativos quanto à questão dos Alimentos Geneticamente Modificados. Uma das maiores críticas ao projeto dos Alimentos Geneticamente Modificados é a sua qualidade nutritiva, visto que muita gente defende que só deveriam ser comidas alimentos biológicos. Em contrapartida, com a utilização de Alimentos Geneticamente Modificados poderíamos alimentar mais pessoas pois são mais fáceis de produzir.”; “Não tenho uma opinião muito rígida sobre este assunto. Este tipo de alimentos podem ser prejudiciais mas ao mesmo tempo são necessários pelo que a sociedade infelizmente “exige”.*.)

As restantes respostas foram categorizadas como inválidas (resposta inválida), quando os participantes não manifestavam a sua opinião acerca dos AGM (*“Não tenho nada a dizer sobre os AGM.”*).

A ambivalência foi medida recorrendo à fórmula proposta por Thompson et al. (1995), referida como *Similarity-Intensity Model*. Estes hipotetizaram que 1) haver um aumento da similaridade entre reações positivas e negativas aumenta a ambivalência e que 2) (manter uma similaridade constante) maior intensidade (i.e., mais reações dominantes e/ou conflituosas) leva a uma maior ambivalência. Esta fórmula tem como vantagem a sua capacidade de captação da variação entre as reações negativas e positivas sendo, por isso, bastante sensível ao questionário sobre a ambivalência avançado por Kaplan

(1972), utilizado no nosso estudo. Dadas a fórmula e o questionário utilizado relativamente à ambivalência esta pode assumir, neste estudo, um valor mínimo de -3 e um valor máximo de 24.

Impacto dos processos de resolução na ambivalência

Os dados estatísticos foram analisados através do programa IBM SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 28.0. Para caracterizar a amostra utilizou-se estatística descritiva e, posteriormente, a verificação dos pressupostos para uso dos testes paramétricos.

Foi realizado um teste de amostras independentes de diferença de médias para comparar a mudança de ambivalência, nomeadamente entre a ambivalência inicial e a ambivalência final, entre os 115 participantes do grupo experimental ($M = -.23$, $DP = 3.8$) e os 104 do grupo de controlo ($M = 0.05$, $DP = 2.5$), $t(217) = -.661$ e $p = .255$. Verificou-se que a mudança de ambivalência, entre a inicial e a final, dos dois grupos, não diferiam uma da outra.

Foi realizado um teste de amostras emparelhadas de diferença de médias de forma a verificar a mudança de ambivalência do grupo experimental e do grupo de controlo. No grupo experimental, os resultados do teste entre a ambivalência inicial ($M = 10.73$, $DP = 5.0$) e a ambivalência final ($M = 10.5$, $DP = 5.3$), $t(204) = -.08$ e $p = .938$, indicaram que os participantes deste grupo não apresentaram mudança de ambivalência. No grupo de controlo, os resultados do teste entre a ambivalência inicial ($M = 10.2$, $DP = 5.0$) e a ambivalência final ($M = 10.2$, $DP = 5.4$), $t(230) = .71$ e $p = .476$, indicaram que, neste grupo, os participantes não apresentaram mudança de ambivalência. Desta forma, quer no grupo experimental, quer no grupo de controlo, os níveis de ambivalência inicial e final, não sofreram alterações significativas, não se verificando, assim, mudança da ambivalência.

Uma análise de variância simples foi realizada para comparar o impacto diferencial na ambivalência, entre a inicial e a final, dos diferentes processos de resolução de ambivalência utilizados, nomeadamente, dominância, negociação, sem posicionamento e resposta inválida. Esta análise revelou que não existem diferenças significativas entre nenhum dos diferentes processos na média da mudança de ambivalência ($Z = .96$, $p = .414$). Assim, nenhum processo de resolução da ambivalência apresentou um impacto na mudança da ambivalência significativamente diferente do impacto que os outros processos apresentaram.

Uma análise de variância simples foi realizada para perceber o impacto dos diferentes processos de resolução na mudança da ambivalência. Esta análise permitiu verificar que nenhum dos diferentes processos teve impacto na mudança da ambivalência ($Z = .96$, $p = .414$).

Uma análise de variância simples foi realizada para testar se as médias das ambivalências iniciais, entre os diferentes processos de resolução utilizados posteriormente diferiam (ver tabela 1). O resultado do teste, $Z = 5.58$, $p = 0.001$, revelou que as médias da ambivalência inicial entre os diferentes processos diferiam. Testes post-hoc (*Tukey*) de diferença de médias de ambivalência inicial, revelaram que o par dominância e negociação apresentaram uma diferença significativa e o par dominância e sem posicionamento uma diferença marginalmente significativa, $p = .60$. Os restantes pares não apresentaram diferenças (ver tabela 2).

Tabela 1

Estatísticas descritivas da ambivalência inicial segundo os processos de resolução.

Processos de resolução	<i>n</i> (%)	Ambivalência inicial	
		<i>M</i> (<i>DP</i>)	Min – Máx
Dominância	36 (31.3)	8.5 (5.9)	-3 – 20
Negociação	25 (21.7)	13.4 (4.7)	4 – 24
Sem posicionamento	44 (38.3)	11.2 (3.8)	2 – 18
Resposta inválida	10 (8.7)	10.3 (3.5)	2 – 12
Total	115 (100)	10.7 (5.0)	-3 – 24

Tabela 2*Diferença de médias de ambivalência inicial entre os processos de resolução.*

Processos de resolução	Diferença	p	IC 95%
Dominância			
Negociação	-4.93*	<.001*	[-8.13, -1.73]
Sem posicionamento	-2.69**	.060**	[-5.45, 0.08]
Resposta Inválida	-1.83	.699	[-6.22, 2.57]
Negociação			
Dominância	4.93*	<.001*	[1.73, 8.13]
Sem posicionamento	2.24	.235	[-0.84, 5.32]
Resposta Inválida	3.10	.299	[-1.50, 7.70]
Sem posicionamento			
Dominância	2.70**	.060**	[-0.08, 5.45]
Negociação	-2.24	.235	[-5.32, 0.84]
Resposta Inválida	0.86	.954	[-3.45, 5.17]
Resposta Inválida			
Dominância	1.83	.699	[-6.22, 2.57]
Negociação	-3.10	.299	[-7.70, 1.50]
Sem posicionamento	-0.86	.954	[-5.17, 3.45]

*A diferença média é significativa ao nível de .05.

** A diferença de médias é marginalmente significativa ao nível .05.

Atitudes

Para se analisar o impacto das atitudes na mudança de ambivalência, segundo os processos de resolução, procedeu-se a uma divisão das atitudes em atitudes não-extremadas - não univalentes -, e atitudes extremadas – univalentes-. Sendo a atitude calculada diretamente do questionário quanto às atitudes, esta apresenta um valor mínimo de 4 e valor máximo de 36. Desta forma, consideramos que as atitudes são extremadas se o valor estiver entre 4 e 12 ou entre 25 e 36, e que são não extremadas, se o valor estiver entre 13 e 24.

Foi realizado um teste de amostras independentes de diferença de médias com o objetivo de perceber as diferenças entre as atitudes extremadas e as atitudes não extremadas ao nível da ambivalência inicial, da ambivalência final e da mudança de ambivalência. Relativamente à ambivalência inicial, $t(217) = -6.82$, $p < .001$, e à ambivalência final, $t(217) = -7.70$, $p < .001$, os participantes com atitude extremada apresentaram uma média significativamente menor, comparativamente aos participantes com atitude não extremada (ver tabela 3). Relativamente à mudança de ambivalência, os participantes com atitude extremada apresentaram uma média de ambivalência marginalmente menor em comparação com os participantes com atitude não extremada (ver tabela 4). O gráfico 1 apresenta as mudanças de ambivalência entre as atitudes extremadas e as atitudes não extremadas, segundo os processos de resolução.

Tabela 3

Atitudes Extremadas vs Atitudes não extremadas, quanto à Ambivalência Inicial, Ambivalência Final e Mudança de Ambivalência

Atitudes (<i>n</i>)		<i>M</i>	<i>DP</i>
Extremadas (82)	Ambivalência Inicial	7.77	5.40
	Ambivalência Final	5.68	5.68
	Mudança de Ambivalência	-0.60	3.45
Não Extremadas (137)	Ambivalência Inicial	12.08	3.93
	Ambivalência Final	12.28	4.09
	Mudança de ambivalência	0.20	3.06

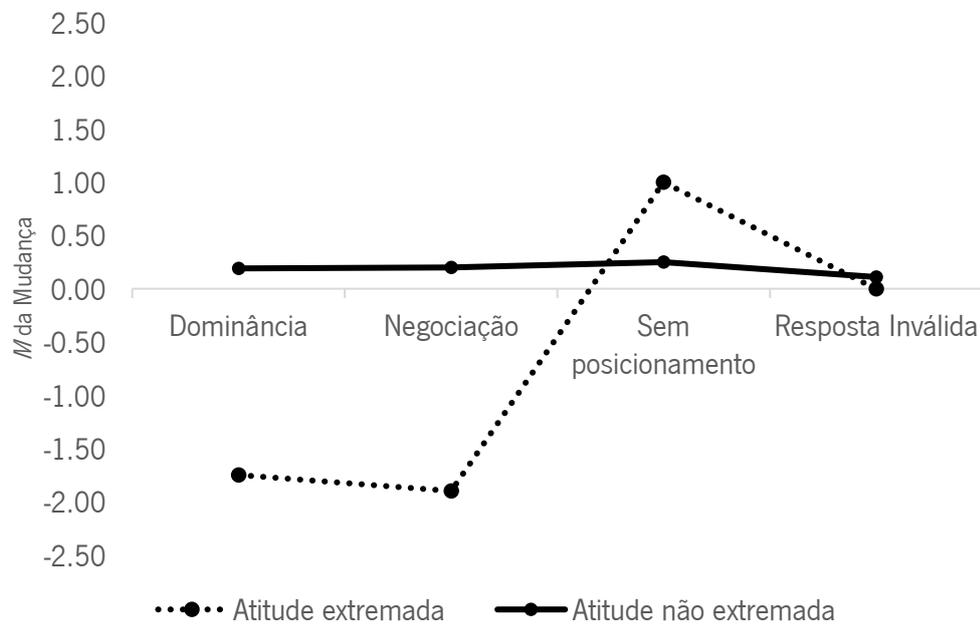
Tabela 4

Mudança de ambivalência, com atitudes extremadas e atitudes não extremadas e por processo de resolução de ambivalência.

Processo de Resolução	Atitudes extremadas		Atitude não extremadas	
	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>n</i>	<i>M</i>
Dominância	20	-1.75	16	0.19
Negociação	10	-1.90	15	0.20
Sem posicionamento	12	1.00	32	0.25
Resposta inválida	1	1.00	9	0.11
Total	43	-0.98	72	0.21

Figura 1

Mudança da ambivalência, com atitudes extremadas e atitudes não extremadas e por processo de resolução de ambivalência.



Discussão

Considerando o paralelismo conceptual entre os processos de resolução de ambivalência dos contextos naturalistas e da psicoterapia, nomeadamente 1) entre a inibição esforçada e a dominância (Braga et al., 2016) e entre 2) a competição simultânea e dinâmica entre objetivos e a negociação (Braga et al., 2016), este estudo teve como principais objetivos 1) perceber se o fenómeno da negociação e da dominância são encontrados como processos de resolução da ambivalência, fora do contexto da psicoterapia; e 2) se sim, avaliar o seu impacto diferencial na mudança de ambivalência, nomeadamente entre a ambivalência inicial e a ambivalência final, e avaliamos também o seu impacto diferencial tendo em conta as atitudes. Para isso, procuramos promover ambivalência nos participantes através de um texto sobre Alimentos Geneticamente Modificados, com argumentos a favor e contra a utilização dos mesmos. Foi pedido aos participantes do grupo experimental que expressassem as suas opiniões quanto aos AGM e através da codificação destes textos, procuramos identificar os processos da dominância e negociação – com uma análise indutiva, segundo os critérios do ARCS (Braga et al., 2016) e uma análise dedutiva (Hsieh & Shannon, 2005)–. Através das análises da mudança da ambivalência, nomeadamente entre a ambivalência inicial e ambivalência final, procuramos o impacto diferencial entre os diferentes processos de resolução da ambivalência encontrados nos textos, entre os quais, a ambivalência e a negociação.

Os resultados mostram que os processos da dominância e da negociação ocorrem num contexto naturalista, sendo que identificámos ainda a existência de um terceiro processo, que se caracteriza por uma ausência de posicionamento (sem posicionamento). Segundo as análises à mudança de ambivalência, estes processos não apresentam impacto na mudança da mesma, com os valores da ambivalência inicial a não diferirem dos valores da ambivalência final. Contudo, quando comparamos o impacto na mudança da ambivalência dos diferentes processos de resolução, segundo as atitudes, demonstrou-se que quando os participantes apresentam atitudes extremadas, os processos de resolução da dominância e da negociação se associam a uma tendência de redução da ambivalência. O mesmo não se verificou com o processo sem posicionamento nem para os participantes com atitudes não extremadas.

Processos de Resolução da ambivalência

De forma geral, em contexto clínico, a ambivalência é composta por um conjunto de padrões de comportamento, geralmente acompanhados de afeto negativo, onde, apesar de as pessoas expressarem algum desejo em mudarem, acreditarem que esta mudança irá trazer melhorias na sua vida e que têm ao seu dispor estratégias que resultam, não as aplicam o suficiente para que a mudança aconteça (Engle & Arkowitz, 2006). Além disso, existe um padrão problemático - que trouxe o cliente à terapia-, que entra em conflito com o padrão inovador (Braga, 2018). O cliente, além de esperar resolver este conflito, espera resolver o padrão problemático, o que o leva a potencialmente, procurar ultrapassar a ambivalência.

Como referido anteriormente, um aspeto central salientado pela investigação, é o carácter aversivo da ambivalência (Festinger, 1957; Nordgren et al., 2006; van Harreveld et al., 2009). Contudo, no nosso estudo, a ambivalência sentida pelos participantes pode não ter sido aversiva e, assim, estes nem terem procurado resolvê-la, refletindo-se isso nos textos e na elaboração dos mesmos. Num contexto mais naturalista, caso a ambivalência provoque aversão, as pessoas tendem a resolvê-la de forma espontânea (Nordgren, 2006). Além disso, a aversão aumenta 1) se a pessoa for forçada a realizar uma escolha acerca do conflito em questão e ainda mais se as implicações dessa mesma escolha forem incertas (van Harreveld, 2009), 2) com a relevância das avaliações conflitantes para o observador (Nohlen et al., 2016) e 3) quando o conflito avaliativo é particularmente saliente no contexto da vida das pessoas (Newby-Clark et al., 2002). A ambivalência pode ainda estar associada a desconforto físico, quando associada a incerteza e a emoções relacionadas com as decisões, como arrependimento, medo e ansiedade (van Harreveld, 2009).

As implicações dos posicionamentos quanto aos AGM são certamente diferentes das implicações dos conflitos e ambivalências pessoalmente significativos, assim, emoções como o arrependimento, medo ou ansiedade podem não ter surgido. Não sabemos também a relevância das potenciais avaliações conflituosas para os participantes nem se o tema dos AGM é particularmente saliente na vida dos mesmos. Desta forma, o estado em que os participantes que sentiram ambivalência ficaram, pode não ter sido mais aversivo do que o estado em que os participantes que não sentiram ambivalência. Além disso, os participantes apesar de poderem ter lados e visões opostas acerca dos AGM, não existem nestas, necessariamente, um lado problemático e outro inovador, como acontece em psicoterapia (Braga, 2016).

Desta forma, os participantes podem não ter procurado resolver a sua ambivalência, o que pode ter resultado no não impacto destes processos na resolução da ambivalência. Portanto, as dominâncias, negociações e sem posicionamentos, encontrados nos textos, podem não ser propriamente processos de resolução ou tentativas de resolução da ambivalência mas apenas uma forma natural das pessoas lidarem com a situação e com as dúvidas que podiam se apresentar quanto aos AGM. Estudos futuros poderão procurar ultrapassar estas questões usando uma medida subjetiva da ambivalência bem como procurar manipular mais a relevância pessoal do tópico em questão para os participantes.

Impacto das atitudes

Uma das formas que as pessoas têm de resolver a sua ambivalência é a elaboração seletiva de informação favorável (Festinger 1957; Nordgren et al., 2006): com níveis baixos de ambivalência, processam informação relevante congruente com as atitudes iniciais e com níveis altos de ambivalência não mostram preferência por informação congruente com as atitudes (Brömer, 1998). Assim, participantes com atitudes extremadas - mais univalentes - e menos ambivalentes, podem ter dado mais atenção à informação no texto que fosse de encontro ao que eles já pensavam quanto aos AGM, justificando a maior diferença na mudança de ambivalência dos extremados (diminuíram), comparando com a mudança da ambivalência dos não extremados (aumentaram).

Para os participantes com atitudes extremadas, a dominância e a negociação, comparados com o sem posicionamento, associaram-se a um decréscimo da ambivalência. As atitudes extremadas prévias podem indicar que os participantes já tinham uma opinião formada quanto aos AGM ou podem também representar algum nível de relevância pessoal do tema. Isto pode sugerir que quando o tema tem maior relevância pessoal, os processos de dominância e negociação podem, efetivamente ter um impacto. É curioso que participantes com atitudes extremadas inicialmente tenham usado não só dominância mas também a negociação como processo de resolução e que esta tenha sido capaz de reduzir ainda mais a (já baixa) ambivalência inicial. É plausível que a negociação tenha sido capaz de integrar a posição conflitante que gerava ainda alguma ambivalência inicialmente, reduzindo assim os níveis de ambivalência.

Este estudo apresentou assim semelhanças entre os processos de resolução de ambivalência em psicoterapia com os processos da psicologia social, através da identificação da dominância e da negociação. Apesar de não existirem diferenças intra-grupo nem inter-grupos ao nível da ambivalência inicial e final, o estudo apresentou impacto destes processos nos níveis de ambivalência quando se consideraram as atitudes iniciais (extremadas vs não-extremadas). Este resultado sugere que estudos

futuros acerca da resolução da ambivalência devem usar temas pessoalmente relevantes para avaliar o real impacto destes processos na redução da ambivalência.

Uma limitação do estudo prende-se com o compromisso que os participantes apresentam para com este género de recolhas, nomeadamente através da plataforma de créditos, quando comparado com o compromisso que as pessoas, apresentam normalmente, em psicoterapia. Esta limitação tem sobretudo implicações na diferença da aversão que a ambivalência pode provocar nestes dois contextos, afetando a necessidade das mesmas em ultrapassá-la e, assim, nas conclusões e comparações a efetuar sobre os processos de resolução da mesma entre eles.

Referências

- Arkowitz, H., & Engle, D. (2007). Understanding and working with resistant ambivalence in psychotherapy: An integrative approach. In S. G. Hofmann & J. Weinberger (Eds.), *The art and science of psychotherapy* (pp. 171–188). Routledge/Taylor & Francis Group
- Braga, C., Oliveira, J. T., Ribeiro, A. P., & Gonçalves, M. M. (2016). Ambivalence resolution in emotion-focused therapy: The successful case of Sarah. *Psychotherapy Research, 28*(3), 423–432. <https://doi.org/10.1080/10503307.2016.1169331>
- Braga, C., Ribeiro, A. P., Gonçalves, M. M., Oliveira, J. T., Botelho, A., Ferreira, H., & Sousa, I. (2018). Ambivalence resolution in brief psychotherapy for depression. *Clinical Psychology & Psychotherapy, 25*(3), 369–377. <https://doi.org/10.1002/cpp.2169>
- Brömer, P. (1998). Ambivalent attitudes and information processing. *Swiss Journal of Psychology / Schweizerische Zeitschrift für Psychologie / Revue Suisse de Psychologie, 57*(4), 225–234.
- Critcher, C. R., & Ferguson, M. J. (2016). “Whether I like it or not, it’s important”: Implicit importance of means predicts self-regulatory persistence and success. *Journal of Personality and Social Psychology, 110*(6), 818–839. <https://doi.org/10.1037/pspa0000053>
- Crites, S. L., Fabrigar, L. R., & Petty, R. E. (1994). Measuring the affective and cognitive properties of attitudes: Conceptual and methodological issues. *Personality and Social Psychology Bulletin, 20*(6), 619–634. <https://doi.org/10.1177/0146167294206001>
- De Ridder, D., & Gillebaart, M. (2017). Lessons learned from trait self-control in well-being: Making the case for routines and initiation as important components of trait self-control. *Health Psychology Review, 11*(1), 89–99. <https://doi.org/10.1080/17437199.2016.1266275>
- Engle, D. E., & Arkowitz, H. (2006). Ambivalence in psychotherapy: Facilitating readiness to change, *New York: Guilford Press, 38*, 242–244. <https://doi.org/10.1007/s10615-010-0274-5>
- Ferguson, M. J. (2007). On the automatic evaluation of end-states. *Journal of Personality and Social Psychology, 92*(4), 596–611. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.596>
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.

- Hofmann, W., Friese, M., & Strack, F. (2009). Impulse and self-control from a dual-systems perspective. *Perspectives on Psychological Science, 4*(2), 162–176. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6924.2009.01116.x>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research, 15*(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Johnson, I. R., Petty, R. E., Briñol, P., & See, Y. H. M. (2017). Persuasive message scrutiny as a function of implicit-explicit discrepancies in racial attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology, 70*, 222–234. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2016.11.007>
- Jonas, K., Diehl, M., & Brömer, P. (1997). Effects of Attitudinal Ambivalence on Information Processing and Attitude-Intention Consistency. *Journal of Experimental Social Psychology, 33*(2), 190–210. <https://doi.org/10.1006/jesp.1996.1317>
- Kahneman, D. (2011). *Thinking, Fast and Slow*. Random House Audio.
- Kaplan, K. J. (1972). On the ambivalence-indifference problem in attitude theory and measurement: A suggested modification of the semantic differential technique. *Psychological Bulletin, 77*(5), 361–372. <https://doi.org/10.1037/h0032590>
- Kirby, K. N., & Herrnstein, R. (1995). Preference Reversals Due to Myopic Discounting of Delayed Reward. *Psychological Science, 6*(2), 83–89. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1995.tb00311.x>
- Lombardi, D. R., Button, M. L., & Westra, H. A. (2013). Measuring motivation: Change talk and Counter-Change talk in cognitive behavioral therapy for generalized anxiety. *Cognitive Behaviour Therapy, 43*(1), 12–21. <https://doi.org/10.1080/16506073.2013.846400>
- Metcalfe, J., & Mischel, W. (1999). A hot/cool-system analysis of delay of gratification: Dynamics of willpower. *Psychological Review, 106*(1), 3–19. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.106.1.3>
- Miller, W. R., & Rollnick, S. (2002). *Motivational interviewing: Preparing people for change* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Miller, W. R., & Rollnick, S. (2013). *Motivational interviewing: Helping people change* (3rd edition). Guilford Press.

- Muraven, M., Tice, D. M., & Baumeister, R. F. (1998). Self-control as a limited resource: Regulatory depletion patterns. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*(3), 774–789. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.3.774>
- Newby-Clark, I. R., McGregor, I., & Zanna, M. P. (2002). Thinking and caring about cognitive inconsistency: When and for whom does attitudinal ambivalence feel uncomfortable? *Journal of Personality and Social Psychology, 82*(2), 157–166. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.2.157>
- Nohlen, H. U., van Harreveld, F., Rotteveel, M., Barends, A. J., & Larsen, J. T. (2016). Affective responses to ambivalence are context-dependent: A facial EMG study on the role of inconsistency and evaluative context in shaping affective responses to ambivalence. *Journal of Experimental Social Psychology, 65*, 42–51. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2016.02.001>
- Nordgren, L. F., van Harreveld, F., & van der Pligt, J. (2006). Ambivalence, discomfort, and motivated information processing. *Journal of Experimental Social Psychology, 42*(2), 252–258. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.04.004>
- Reich, T., & Wheeler, S. C. (2016). The good and bad of ambivalence: Desiring ambivalence under outcome uncertainty. *Journal of Personality and Social Psychology, 110*(4), 493–508. <https://doi.org/10.1037/pspa0000047>
- Rothbart, M.K., & Bates, J.E. (2006). Temperament. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of Child, Vol. 3: Psychology Social, emotional, and personality development* (pp. 99-166). Damon W
- Rudolph, T. J., & Popp, E. (2007). An information processing theory of ambivalence. *Political Psychology, 28*(5), 563–585. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2007.00590.x>
- Schneider, I. K., Gillebaart, M., & Mattes, A. (2019). Meta-analytic evidence for ambivalence resolution as a key process in effortless self-control. *Journal of Experimental Social Psychology, 85*, 103846. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2019.103846>
- Stillman, P. E., Medvedev, D., & Ferguson, M. J. (2017). Resisting temptation: Tracking how self-control conflicts are successfully resolved in real time. *Psychological Science, 28*(9), 1240–1258. <https://doi.org/10.1177/0956797617705386>

Thompson, M. M., Zanna, M. P., & Griffin, D. W. (1995). Let's not be indifferent about (attitudinal) ambivalence. In R. E. Petty & J. A. Krosnick (Eds.), *Attitude strength: Antecedents and consequences* (pp. 361–386). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

van Harreveld, F., Rutjens, B. T., Rotteveel, M., Nordgren, L. F., & van der Pligt, J. (2009). Ambivalence and decisional conflict as a cause of psychological discomfort: Feeling tense before jumping off the fence. *Journal of Experimental Social Psychology*, *45*(1), 167–173. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.08.015>

van Harreveld, F., Rutjens, B. T., Schneider, I. K., Nohlen, H. U., & Keskinis, K. (2014). In doubt and disorderly: Ambivalence promotes compensatory perceptions of order. *Journal of Experimental Psychology: General*, *143*(4), 1666–1676. <https://doi.org/10.1037/a0036099>

Anexo

Aprovação da Comissão de Ética da Universidade do Minho



Universidade do Minho

SECSH

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 011/2018

Título do projeto: *Eficácia Psicoterapêutica do Protocolo Unificado para o Tratamento Transdiagnóstico das Perturbações Emocionais em Contexto Comunitário*

Investigador(a) Responsável: Eugénia Maria Ribeiro Pereira, Professora Auxiliar da Escola de Psicologia da Universidade do Minho; Investigadora CIPsi-UM; Mário Miguel Machado Osório Gonçalves, Professor Catedrático da Escola de Psicologia da Universidade do Minho; Investigador CIPsi-UM; Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da Escola de Psicologia da Universidade do Minho; Investigador CIPsi-UM; Sónia Ferreira Gonçalves, Professora Auxiliar da Escola de Psicologia da Universidade do Minho; Investigadora CIPsi-UM

Outros Investigadores: Ângela Cristina Franco Ferreira e Carina Andreia Silva Magalhães - MSc – Bolseiras de Investigação CIPsi-UM; Dulce Patrícia Vale Vasconcelos Pinto, Maria Manuela Gonçalves Sousa Peixoto e Pablo Fernandez Navarro - PhD – Bolseiros de Investigação CIPsi-UM; João Tiago Terra da Cruz Oliveira - MSc – Bolseiro de Doutoramento FCT e CIPsi-UM; Rafael Araújo, MSc – Assistente de Investigação CIPsi-UM; Cátia Sofia Macedo Braga, PhD – Assistente de Investigação CIPsi-UM

PARECER

A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) analisou o processo relativo ao projeto intitulado "*Eficácia Psicoterapêutica do Protocolo Unificado para o Tratamento Transdiagnóstico das Perturbações Emocionais em Contexto Comunitário*".

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a SECSH nada tem a opor à realização do projeto.

Braga, 28 de maio de 2018.

O Presidente

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado